



COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: OS AVANÇOS E DESAFIOS ECONÔMICOS DE UMA NAÇÃO EMERGENTE DOS ANOS 90 À ATUALIDADE.

**Ana Letícia PINTO RAULINO(1); Beatriz FIGUEIREDO CAMPOS DA NÓBREGA(2);
Pollyana CIBELE PEREIRA COSTA(3)**

(1) Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN. Largo interventor Ubaldo Bezerra, 1922 Candelária, Natal/RN, (084) 32317924, E-MAIL: analeticia7@hotmail.com

(2) Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN e Direito – UFRN EMAIL:
beatriznobreg@hotmail.com

(3) Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN e Direito – UERN E-mail:
pollyanacosta88@hotmail.com

RESUMO

A Economia brasileira vem apresentando sucessivos acréscimos de fatos favoráveis e desfavoráveis ao longo da história. Os processos de democratização política e de liberalização econômica permitiram, ao longo da Década de 90, um salto qualitativo e quantitativo na produção de bens agrícolas, remetendo o Brasil à liderança mundial em diversos produtos primários. Aliado a isso reformas comandadas pelo Governo Federal proporcionaram a inclusão de bens de alto valor agregado, como, jóias, aeronaves civis, automóveis e peças de vestuário na pauta de exportação brasileira, a qual passou a ser considerada moderna e diversificada, auferindo ao País a condição de figurar entre os vinte maiores países exportadores do mundo. Todavia, mesmo diante desses avanços ressalta-se um paradoxo: mesmo com esse crescimento competitivo no âmbito agrícola há um hiato na participação brasileira no meio internacional em um maior número de produtos de valor agregado. Neste contexto, o presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória bibliográfica, objetivando demonstrar os fatores que deram ensejo aos avanços econômicos do Brasil, como também os fatores intervenientes que ainda atuam como entraves para a plenitude do desenvolvimento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Economia, Globalização, Comércio Exterior, Subdesenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Avanços e desafios: eis as dicotômicas particularidades vivenciadas, hoje, pelo comércio exterior brasileiro. Conviver com esse paradoxo tem sido um desafio, combatê-lo, mais ainda.

Remonta aos anos 90 uma série de medidas voltadas ao desenvolvimento efetivo desse comércio. Com elas, pôde-se experimentar um incremento substancial nas exportações brasileiras - que crescem, então, por volta de 70% - verificado claramente pelo trajeto predominantemente ascendente do saldo comercial brasileiro nas décadas posteriores.

Adotando uma política de abertura comercial, de adequação à efervescência neoliberal do período, o Brasil sofreu reformas várias, dentre as quais: desregulamentação do mercado financeiro; entrada maior de capitais estrangeiros; privatizações; redução da inflação, dos gastos públicos e das barreiras tarifárias. Houve, assim, além da mitigação do protecionismo, uma liberalização financeira externa que viabilizou a transição de um regime fechado para outro mais aberto, comercial e financeiramente, bem como em termos de investimento direto. Assim, efetivamente, a economia brasileira passa a vislumbrar o crescimento.

Contudo, a crescente integração do comércio exterior brasileiro ao sistema internacional de comércio infelizmente trouxe também uma faceta negativa. Concomitantemente, passam a conviver as oportunidades surgidas quanto à ampliação das escalas de produção para bens exportáveis, bem como de aquisição de equipamentos e tecnologias que estejam acompanhando a renovação tecnológica no exterior; mas, na contramão, fortes desafios concorrenciais surgem e, com estes, a produção local é freqüentemente desestimulada. Além disso, a estrutura econômica brasileira sofre, ainda, com uma série de problemas estruturais que findam por afetar terminantemente o desempenho de seu comércio exterior.

O presente artigo propõe-se a avaliar essa dual realidade. O balanço final entre os estímulos e as restrições inerentes ao comércio exterior do Brasil refletir-se-á sobre o crescimento econômico deste. Daí, então, a grande relevância de se avaliar mais detidamente o tema em questão, conforme proceder-se-á a seguir.

2 A ABERTURA ECONÔMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

Após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, dá-se início à chamada Nova Ordem Mundial. Esta surge acentuando e acelerando a internacionalização das trocas comerciais e alterando, assim, o cenário econômico internacional. Desenhava-se, então, os contornos de uma globalização financeira, norteadas pelos princípios neoliberais¹.

Procurando adequar-se à nova realidade, o Brasil viu-se diante da premente necessidade de promover mudanças capazes de adaptá-lo ao inevitável processo globalizante. No âmbito interno, buscou assegurar seu *status* de Estado Democrático de Direito, promovendo um processo de abertura política. Contudo, para uma devida e satisfatória integração do Brasil ao mercado mundial, era preciso ir mais além. Era preciso, também, uma abertura externa a nível econômico.

Antes de tudo, devemos retroceder às origens que deram ensejo a tal imperativo. No período que vai dos anos 1974 a 1988, a economia brasileira foi, aos poucos, sendo solapada pelas medidas autoritárias adotadas pelos militares. O intervencionismo, o subsidionismo, a elevação artificial da taxa de investimento interno em favor de obras públicas, as substituições de importações a qualquer custo, fatores típicos dessa época, foram conduzindo o Brasil a uma grave crise econômica. Com a Ditadura Militar, as transações econômicas internacionais brasileiras foram, assim, profundamente comprometidas. Adicionalmente, políticas protecionistas tarifárias e não-tarifárias, notadamente quanto ao aumento dos impostos sobre a importação, foram contribuindo para que o mercado interno brasileiro se fechasse cada vez mais. O sonho militar de se

¹ O neoliberalismo “está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado” (João José Negrão, 1998).

constituir um “Brasil – potência” demonstrou-se infactível mediante o poço do endividamento externo no qual o Brasil se afundava contínua e progressivamente. A aliança entre “crescimento e endividamento” e o fechamento da economia tornou-se, portanto, insustentável.

A inserção do Brasil no comércio internacional reduziu-se, então, dramaticamente na chamada “década perdida”, a década de 80. Tornou-se preciso, assim, que o país liberalizasse seu comércio exterior. Mas como fazê-lo?

A abertura ao comércio internacional surge como oportuna alternativa ao crítico rumo pelo qual vinha seguindo a economia brasileira. Era preciso abrir o Estado ao capital estrangeiro, implementar uma política de privatizações, promover uma redução dos gastos públicos, bem como uma abertura às importações.

É o que passa a ocorrer a partir dos anos 90. Buscando seguir as diretrizes tomadas no Consenso de Washington², o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), almejava, segundo Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, modernizar o país em face do neoliberalismo que atingia proporções mundiais. Conforme nos ensina Bresser Pereira (1996), “o governo Collor mudou a agenda política de nosso país, pois conseguiu implementar reformas corajosas e muito necessárias. Embora outras tentativas tenham sido feitas desde 1987, foi durante o governo Collor que as velhas idéias nacional-desenvolvimentistas foram efetivamente enfrentadas e combatidas (...) por um programa corajoso de reformas econômicas orientadas para a liberalização comercial e a privatização”.

Com o Plano Collor, almejou-se tornar a economia mais eficiente, especialmente através das privatizações e da diminuição dos impostos sobre a importação. Tal plano findou por ser apontado como a maior iniciativa neoliberal já implementada no país, abrindo o país às importações, à privatização e à modernização industrial e tecnológica.

A inauguração do alinhamento brasileiro às novas tendências neoliberalistas, conduziu, então, a uma reformulação na estrutura do comércio exterior nacional, propiciado pela diminuição do intervencionismo estatal, pela prática do livre mercado e pelo fim de grande parte dos subsídios. Assim, segundo André Averburg, “em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação”.

Esse cronograma entra em vigor em 15 de fevereiro de 91³, que, aliado à redução do protecionismo à produção doméstica, às privatizações, à integração comercial e política, e à atração do capital estrangeiro, internacionaliza a economia brasileira, de forma que o comércio exterior cresce, liberaliza-se e desenvolve-se através de um longo processo de mudanças estruturais.

De acordo com dados da SECEX⁴, em 1990, nosso saldo comercial correspondia a 10,8 (US\$ BI FOB), em virtude do aumento de preços do petróleo e queda de preços das *commodities*. Em 1992, com a isenção do IPI sobre insumos nacionais – matéria-prima para produtos industrializados (“draw back verde e amarelo”) ⁵ - o saldo comercial passa a ser de 15, 2 (US\$ BI FOB). No ano seguinte, que se demonstrou decisivo para o processo de abertura que se delineava no cenário nacional, esse saldo aumenta ainda mais, passando à cifra de 13, 3 (US\$ BI FOB) – graças à redução das alíquotas do imposto de importação, que baixou de 150% para 35% e, posteriormente, para 17%, no governo de Itamar Franco. Assim, verificou-se uma substancial modernização industrial brasileira, particularmente no ramo automobilístico e, ao mesmo tempo, o Brasil

² O Consenso de Washington, ocorrido no ano de 1989, reforça o então incipiente neoliberalismo, estabelecendo, neste sentido, dez diretrizes relativas à disciplina fiscal; redução dos gastos; reforma tributária; juro de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições; privatização das estatais; desregulação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas e do direito de propriedade).

³ Vide: Convênio ICMS 05/91, que “concede isenção do ICMS às entradas de mercadorias estrangeiras isentas do Imposto de Importação e amparadas por programa BEFIEX”. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/1991/CV005_91.htm.

⁴ A SECEX, ou Secretaria de Comércio Exterior, pertence ao Ministério da Indústria e do Desenvolvimento e possui, dentre outras atribuições, a função básica de formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação.

⁵ Vide: Decreto no 541/92. O regime de Drawback consiste num incentivo à exportação, conducente à suspensão ou isenção de tributos na industrialização de produto exportado ou a exportar.

volta a ser o maior exportador de café do mundo, passando a deter 25% no mercado mundial. No ano de 1995 a situação já não se demonstrou tão animadora: houve sucessivos déficits no saldo da Balança Comercial, dada a redução do imposto de importação e pela valorização do Real frente ao Dólar.

Mas, a partir de 2002, o Brasil volta a ter saldos comerciais satisfatórios. Dada as crises asiática e russa⁶, o Brasil foi forçado a desvalorizar sua moeda e a adotar um regime de câmbio flutuante. Com o câmbio desvalorizado, houve, então, um incremento nas exportações.

Segundo Bowersox e Closs (2001), fatores geopolíticos internacionais e operações globalizadas, notadamente o crescimento econômico, abordagem de cadeia de suprimento, regionalização, tecnologia e desregulamentação, levaram a uma disparada do comércio internacional a partir dos anos 90. Era imprescindível que o Brasil se firmasse, então, perante o cenário internacional. Sem a política de abertura econômica isto não teria sido possível. A trajetória ascendente do saldo comercial brasileiro, conforme avaliado, a partir do ano de 1990, demonstra a inegável e terminante influência que essa política apresentou sobre os avanços do comércio exterior brasileiro. Isso se explica pelo impacto decisivo que ela teve na inserção internacional e na estrutura produtiva do país. A abertura não só reduziu o grande isolamento do Brasil em termos de comércio e de tecnologia mundial disponível, como também viabilizou uma desverticalização do processo produtivo doméstico, modernização do parque produtivo nacional e ganhos de escala importantes para a ampliação do comércio como um todo. De maneira mais abrangente, para todos os setores industriais brasileiros, houve uma significativa reordenação da produção, bem como um incremento dos investimentos estrangeiros.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES

Com o intuito de aumentar as exportações e consequentemente incrementar as taxas de crescimento econômico, o governo brasileiro vem, ao longo das últimas décadas, implementando diferentes políticas objetivando aumentar a renda nacional, gerar empregos, alavancar o desenvolvimento tecnológico por meio da exportação de produtos com capital intensivo, além de melhor equilíbrio das contas da balança comercial.

Até meados do século XX, as exportações brasileiras estavam baseadas em poucos produtos (ciclos: açúcar, ouro, café e borracha em menor escala). A partir dos anos 1950, com o surto da industrialização no país, começaram a ser implantados mecanismos para promover as exportações, diversificando produtos e conseguindo-se novos mercados no exterior, o que resultou em reduções nos déficits da balança de pagamentos.

A década de 1990 foi marcada por alterações significativas na forma de desenvolvimento econômico do país. Até então, o governo era o principal agente promotor do crescimento, orientando a expansão econômica por um lado e, por outro, mantendo a economia fechada às compras do mercado externo, por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias às importações, restrições de acesso ao câmbio, ou seja, evitando a concorrência.

Ainda nesta década, segundo observações de Bonelli e Brito (1997) na administração do presidente Collor, foi instalada a nova política Industrial e de Comércio Exterior. Uma das principais medidas do governo foi a liberalização das importações, acompanhada de um impacto de apreciação do câmbio que permitiria às empresas nacionais importarem máquinas, equipamentos e tecnologias necessárias à modernização do processo produtivo.

Tal Política visava promover as exportações baseando-se, para tal, na expansão da produção interna, no fluxo do comércio mundial, na demanda internacional, nas influências cíclicas sobre a demanda doméstica geralmente definida pelo grau de utilização da capacidade produtiva instalada e no abastecimento do mercado interno, evitando práticas que pudessem prejudicar a produção nacional. Além disso a redução de medidas protecionistas fez com que as empresas aprimorassem seu processo produtivo, para concorrer com o

⁶A economia brasileira foi inegavelmente afetada por tais crises. Quando estas ocorrem em certo país emergente, os investidores tendem a reagir de forma a tratar os demais como se estivessem na iminência de sofrer a mesma crise, de forma que houve o Brasil experienciou, então, uma expressiva saída de investimentos estrangeiros.

produto externo. Assim, a abertura comercial brasileira, segundo Lima (1999), reduziu o viés antiexportação, por meio da diminuição de tarifas aduaneiras.

Também em 1990, foram eliminadas diversas barreiras não tarifárias administradas pela CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil). Ainda nesse mesmo ano a CACEX deixou de existir sendo eliminados também os subsídios fiscais. O BEFIEX⁷ foi desativado (mantendo-se, porém, a validade dos contratos em vigor). Foram mantidos o tratamento favorável, em termos de Imposto de Renda, ao lucro gerado pelas operações de exportação, a isenção federal ao IPI (imposto de produtos industrializados) e ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) para as exportações de manufaturados, Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) e o regime de *drawback*⁸.

A retomada da política de apoio às exportações, nos anos 90, também ateu-se a área de financiamentos. As linhas públicas de crédito foram gradual e seletivamente restabelecidas, através do FINAMEX⁹, operado pelo BNDES, primeiro na modalidade pré-embarque, que financia a exportação de bens a serem exportados em embarques específicos e, em seguida, no pós-embarque, que financia a comercialização de bens e serviços no exterior.

Em meados de 1991, o governo federal regulamentou o PROEX – Programa de Financiamento às Exportações, que absorveu as linhas de crédito ainda ativas do antigo FINEX (Fundo de Financiamento à Exportação) e reintroduziu o sistema de equalização de taxas de juros.

Assim, depois da “era CACEX”, as atividades de promoção das exportações foram desempenhadas pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC e a câmara de Comércio Exterior (CAMEX), criada em 1995, sendo, em 1997, instituída, no âmbito do SEBRAE, a Agência de Promoção de Exportações (APEX), com objetivo de implementar uma política de incentivo as exportações. Além disso, a APEX passou a interagir com o DPR/MRE que também cuida de promoção comercial. De maneira geral, há uma divisão do trabalho, fazendo a APEX a parte doméstica da promoção e a Direção-Geral de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (DPR) e o apoio externo permitido pela rede de embaixadas e Consulados do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nesta visão, a principal missão da APEX é preparar a empresa para exportar.

De tal forma, a partir do ano 2000, tendeu a consolidar-se no Brasil um sistema público de crédito às exportações baseado em um tripé: os créditos do BNDES-Exim¹⁰, o seguro de crédito à exportação e o PROEX. No final de 2002, implementou-se, no âmbito do BNDES, o Programa de Apoio a Investimentos de Empresas Brasileiras de Capital Nacional no Exterior.

Paralelamente a esses incentivos, foram implementados mecanismos promotores de exportações como estímulos para que o sistema de crédito se oriente à produção e comercialização de produtos destinados à exportação, bem como para a produção de insumos destinados a produtos exportáveis; apoio às pequenas e médias empresas na logística e comercialização de produtos para exportação, incentivando principalmente aqueles com maior valor agregado como jóias, aeronaves civis, automóveis e peças de vestuário, tornando assim, a pauta de exportação brasileira indubitavelmente mais moderna e diversificada.

4 ATUAIS DESAFIOS ECONÔMICOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Apesar das reformas e avanços experimentados pelo comércio exterior brasileiro, muito ainda há o que neste se aprimorar. O setor habitualmente passa por uma série de entraves que têm dificultado seu pleno

⁷ O Programa BEFIEX é um sistema especial de benefícios deferido pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação

⁸ Incentivo fiscal que permite ao exportador a isenção do pagamento de impostos e taxas na importação de insumos que integram a produção de bens.

⁹ Linha de financiamento para a exportação de bens de capital.

¹⁰ Linha de financiamento criada em 1996 para financiar as exportações brasileiras de bens e serviços, com exceção das exportações de commodities agrícolas e de veículos automotores

desenvolvimento. Dentre estes, figura, notadamente, as questões relativas à administração da dívida externa nacional. Segundo Jurandyr Ross (2005), o endividamento externo brasileiro manteve-se, entre os anos de 1946 a 1964, praticamente constante na casa dos 2 bilhões de dólares. Já de 1964 a 1992, alcançou um crescimento recorde de 5292%, chegando aos US\$132,3 bilhões.

Indiscutível se faz o grande interesse dos banqueiros internacionais pelos juros advindos da prorrogação do pagamento da dívida externa, principalmente quando esta decorre dos países subdesenvolvidos. A manutenção destes países na condição de endividados, os tornam dependentes de capital externo, forçando o seu alinhamento às políticas econômicas externas e forçando, muitas vezes, novas concessões econômicas por parte deles. Assim, “para que qualquer país assegure o serviço da dívida externa, é necessário que ele garanta, a cada ano, um fluxo satisfatório de novos empréstimos e financiamentos e obtenha, acima de tudo, saldos expressivos em sua balança de comércio exterior. Pois é da receita da exportação que dependem, em última instância, o pagamento efetivo da dívida e a própria garantia para contratação de novos empréstimos e financiamentos internacionais.” (Jurandyr Ross, p. 303.)

Contudo, juntamente com o expressivo crescimento das exportações brasileiras, cresceu também a parcela da receita dessas exportações destinada a cobrir os juros e as prestações anuais da dívida externa brasileira - uma vez que esta tem se avolumado continuamente, gerando um processo de verdadeiro endividamento cumulativo. Evidencia-se, então, a falibilidade da estrutura brasileira quanto ao cumprimento de seus encargos: além do pagamento de sua dívida externa, parte dessa receita deve, também, ser empregada no custeio das importações, havendo, ainda, remessas de lucro e pagamentos oriundos de gastos com tecnologia.

Buscando reverter essa conjuntura, o governo Collor passa, na década de 90, a adotar as teses do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹¹. Com elas, no entanto, vieram recessão econômica, desemprego e arrocho salarial. Adotou-se, então, a típica política neoliberalista de privatizações. Agora, as elites econômicas procuravam consolidar no país a presença das multinacionais, minimizar o papel do Estado como empresário e, juntamente com o capital internacional, incorporar as empresas estatais, consolidando o processo de “mundialização” da economia brasileira, onde “capital internacional, nacional e estatal unificam seus interesses e consolidam os monopólios, oligopolizando-os internacionalmente.” (Jurandyr Ross P. 316).

Assim, diante da voracidade do processo de globalização, “o país busca tornar-se viável ao enraizamento dos grandes capitais. Adaptam-se as condições de regulação da economia e do território e, paralelamente, dá-se um esforço para reequilibrar algumas áreas.” (Milton Santos e Maria Laura Silveira 109).

Este esforço, contudo, não se deu de forma imparcial e igualitária, de modo que findou, por si próprio, em se constituir em mais um entrave ao pleno desenvolvimento econômico nacional - dado o consequente díspar caráter econômico verificado entre as regiões brasileiras. “O sudeste brasileiro, na época da implantação dos grandes empreendimentos estrangeiros no Brasil, apresentava economias externas muito desenvolvidas, frutos das atividades empresariais nacionais ou mesmo das estrangeiras, há mais tempo radicadas no país. Isso fazia dessa região uma garantia de sucesso dos novos empreendimentos” (Jurandyr Ross P. 337).

Assim o foi. A região sudeste, notadamente a cidade de São Paulo, com sua produção cafeeira e uma série de condicionantes a esta inerente, incorporou um moderno e complexo aparato capaz de promover a atividade econômica, dentre os quais vias férreas para o escoamento do café, bem como canais de distribuição de energia. De tal forma a região Sudeste firmou-se, assim, posteriormente, como a região de mais forte concentração industrial, financeira e comercial do país. Essa centralização espacial econômica reforçou as disparidades e desequilíbrios regionais. Em contraponto, as demais regiões brasileiras mantiveram-se fora de foco, destoando do crescimento que se verificava na região sudeste. Corroídas, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2003), elas sofreram com o modelo então adotado pela economia brasileira, que cada vez mais demonstrava sua necessidade por áreas contínuas, dotadas de infra-estruturas coletivas, unitárias, indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Aprofundando-se, assim, o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população.

¹¹ O FMI, criado em 1945, é uma organização internacional composta por 181 países. Fundada com o objetivo primordial de estabilizar o sistema monetário internacional. Sua atuação consiste, dentre outras atribuições, em auxiliar países membros em dificuldades econômicas e favorecer uma equilibrada expansão do sistema internacional de comércio.

Apesar do processo de desconcentração industrial verificado a partir da década de 70¹², ainda assim as disparidades econômicas não foram solucionadas, persistindo, ainda, grande dessemelhança do padrão industrial verificado no território brasileiro como um todo.

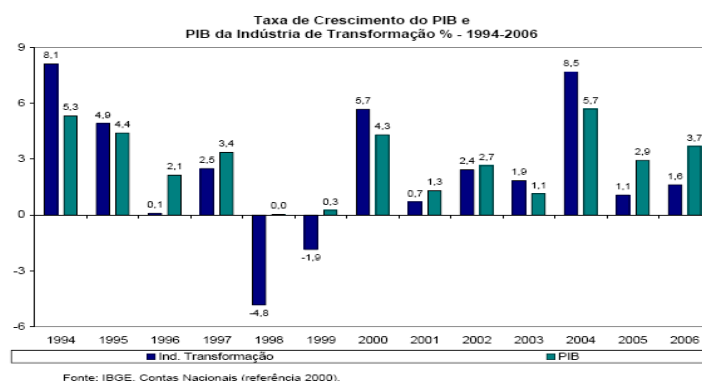
Tal tendência é ainda agravada pela reduzida capacidade industrial do país que, apesar das mencionadas disparidades regionais, ainda conta com um parque industrial amplo e diversificado. Contudo, o Brasil vem, nos últimos anos, sendo afligido por um verdadeiro processo de desindustrialização¹³. Por conseguinte, a competitividade e a produtividade industrial brasileiras têm sido prejudicadas, inibindo-se a expansão do investimento e das exportações.

Estudos promovidos pelo IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) apontam para o processo de abertura econômica brasileira como sendo a origem dessa desindustrialização, visto que apesar da abertura não ter provocado um processo de regressão tecnológica, também não foi capaz de efetivamente conferir um “upgrade” à indústria nacional, em termos de processos produtivos mais sofisticados.

Tal conclusão reforça a idéia de que a alavancagem, em termos de expansão econômica, depende de um aumento no nível da taxa de investimento. Para que este ocorra, torna-se indispensável incentivos em inovação tecnológica, o que não se verificou, significativamente, com as políticas desenvolvidas na década de 90.

Ainda segundo dados do IEDI, o baixo dinamismo da economia brasileira, expresso em baixas taxas de crescimento do PIB, configura-se como um de seus principais problemas. Por sua potencial relevância no desempenho industrial brasileiro, tem-se, ilustrativamente, o ramo da indústria de transformação¹⁴. Este tem crescido pouco. O gráfico abaixo mostra, desde a estabilização dos preços do ano de 1994, as taxas de crescimento do PIB e do PIB desse setor industrial. Nesses 13 anos, o PIB da indústria de transformação foi positivo em 11, mas em apenas 5 anos a sua taxa individual superou a da economia (1994, 1995, 2000, 2003 e 2004).

Figura 1



¹² A desconcentração industrial brasileira dos anos 70 resultou de políticas governamentais de desenvolvimento regional. Promoveu-se, então, políticas de incentivos regionais que estimularam significativo redirecionamento de fluxos de capitais de áreas desenvolvidas, como São Paulo, para outras como o Norte e o Nordeste brasileiros. Houve, assim, uma disseminação de muitas empresas do sudeste para outras regiões do país, e até mesmo da criação de organismos de fomento à atividade industrial como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia),

¹³ Processo resultante, notadamente, da perversa combinação de taxa de juros elevada e câmbio valorizado, inibindo a expansão do investimento e das exportações.

¹⁴ O setor brasileiro da indústria de transformação, por suas características de encadeamento de demandas ao longo das cadeias produtivas dentro e fora do ramo industrial, exerce um importante efeito de liderar a taxa de crescimento agregada.

Mediante os dados acima apresentados, pode-se afirmar ainda que o processo de desindustrialização acentuou-se com a abertura econômica nos anos 1990 e só teria sido interrompido com a maxidesvalorização¹⁵ da moeda nacional em 1999, segundo estudos do IEDI. O factual processo de desindustrialização relativa foi definida face a constatação de que a taxa de crescimento da indústria brasileira tem se situado em níveis bem inferiores aos de outras economias emergentes, como China e Índia. Internamente, o crescimento da indústria tem sido menor que o dos demais setores e, dentro da indústria, setores tradicionais perderam peso, sendo compensado por setores intensivos em recursos naturais.

Nos últimos anos, o aprofundamento do processo de desindustrialização tem sido agravado por uma menor taxa de crescimento da indústria de transformação quando comparada às dos demais setores da economia, como pode ser visto na tabela abaixo.

Figura 2

Taxa de Crescimento de Setores de Atividade e Componentes da
Demanda Agregada - 2004 -2006

Setores de atividade	2004	2005	2006
Agropecuária	2,3	1,0	4,1
Indústria	7,9	2,2	2,8
Ext. Mineral	4,3	9,8	6,0
Transformação	8,5	1,1	1,6
Construção Civil	6,6	1,2	4,6
Gás, Eletricidade e Água	8,4	5,0	3,6
Serviços	5,0	3,4	3,7
PIB pm	5,7	2,9	3,7
Componentes de demanda			
Consumo das Famílias	3,8	4,7	4,3
Consumo do Governo	4,1	1,9	3,6
Formação Bruta de Capital Fixo	9,1	3,6	8,7
Exportação	15,3	10,1	4,6
Importação	14,4	9,3	18,1

Fonte: IBGE, Contas Nacionais (referência 2000).

O gráfico indica que o processo de desindustrialização está avançando. Mais ainda, observando os componentes da demanda agregada que mais cresceram no período, o expressivo crescimento das importações (9,3% em 2005 e 18,1% em 2006), com baixo crescimento da produção da indústria de transformação (1,1% em 2005 e 1,6% em 2006), sugere a ocorrência de um forte processo de substituição da produção doméstica por importações.

Os efeitos desse processo de desindustrialização sobre o conjunto da economia brasileira são inegáveis: segundo o IEDI, pode-se constatar que além de minorar o crescimento econômico interno do país, ele também é responsável pela pífia inserção externa do Brasil como exportador de produtos de maior valor agregado.

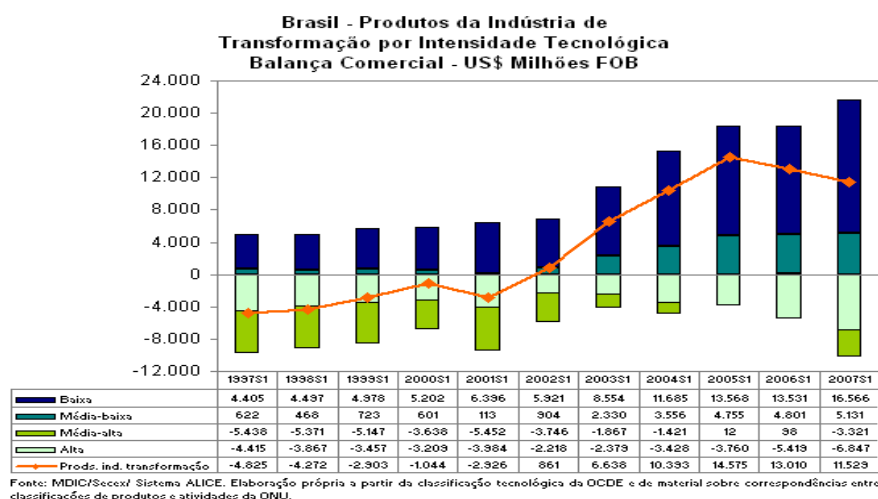
O saldo comercial declinante da indústria de transformação concernente aos primeiros semestres dos anos alertam para a queda drástica de um saldo brasileiro que já atingiu quase US\$ 14,6 bilhões em 2005. No corrente ano, entretanto, seu valor foi reduzido para US\$ 11,5 bilhões, enquanto nos seis primeiros meses de 2006 chegava a US\$ 13 bilhões.

A retração decorreu da piora no saldo dos produtos da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica. Para a balança de alta tecnologia, o déficit só aumenta, agravando-se uma tendência que vem ocorrendo desde 2003. No caso do comércio de média-alta tecnologia, a mudança foi de magnitude ainda maior, já que o superávit de US\$ 98 milhões no primeiro semestre de 2006 deu lugar a um déficit de US\$ 3,3 bilhões no período janeiro-junho de 2007.

¹⁵A maxidesvalorização da moeda brasileira ocorreu em janeiro de 1999 como resultado do colapso da política cambial vigente, assim pondo fim à manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada indutora da estabilização interna dos preços.

O dinamismo de itens da agropecuária e das indústrias extrativas, juntas ao apoio dos produtos industriais considerados de baixa e média-baixa tecnologia, preponderam no incremento da balança comercial brasileira, realçando a tendência à exportação de gêneros de baixo conteúdo tecnológico. Assim, visivelmente os segmentos cujos saldos comerciais têm aumentado continuamente são aqueles vinculados aos recursos naturais. Contrariamente deterioram-se os números para o intercâmbio de produtos que mais agregam tecnologia, assim ficando reduzidas as possibilidades de inserção externa do país como exportador de bens de maior conteúdo tecnológico, e como consequência, a dependência brasileira de tecnologia externa agrava-se gradativamente mais.

Figura 3



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, apesar dos notáveis avanços auferidos para fins de implementação das exportações brasileiras ao longo da década de 1990, faz-se atinente à incipiência de tais políticas visto que estas, apesar de muito heverem corroborado para o implemento das exportações nacionais, ainda assim demonstram sua fragilidade em torno das múltiplas mazelas econômicas internas deflagradas no país.

De tal maneira, é fato que estas políticas, isoladamente, dificilmente poderão garantir a manutenção de índices satisfatórios econômicos oriundos da atividade exportadora, o que já se faz exposto frente às problemáticas tanto do processo de desindustrialização quanto da tendência a ínfimas exportações de produtos de alto conteúdo tecnológico.

Este cenário evidencia, assim, a emergência de políticas públicas voltadas para o aperfeiçoamento de setores industriais produtivos de média-alta e alta intensidade tecnológica o que viria, sobremaneira, a contribuir para a manutenção de superávits ascendentes e, consequentemente, para a alocação do Brasil em patamares econômicos globais mais favoráveis tendo em vista seu potencial tecnológico produtivo.

Além de tais políticas também se faz necessário reconhecer e atenuar as disparidades regionais do país como forma de agregar todas as regiões e fazê-las convergir para o intento maior da alavancagem das exportações com ênfase em produtos de alto padrão tecnológico, pois apesar do crescente aumento de áreas cultiváveis para fins de exportação de gêneros agrícolas, deve-se manter em foco o desenvolvimento de setores produtivos de segmentos com alto valor agregado, visto que as exportações destes corroboram, substancialmente, para a manutenção de balanças comerciais superavitárias, além de que viria a minorar a dependência tecnológica externa do país.

REFERÊNCIAS

BONELLI, R., VEIGA, P. M., BRITO, A. **As Políticas Industrial e de Comércio Exterior no Brasil: rumos e indefinições.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BRASIL, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Superávit Menor – e com Menos Tecnologia – da Indústria de Transformação.** Disponível em www.iedi.org.br Acesso em 30 jul 2007.

BRASIL, **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em: www.bndes.gov.br/linhas/exportacao.asp Acesso em 16 jun 2007

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.** Disponível em: www.gov.desenvolvimento.gov.br Acesso em 15 jun 2007

BRASIL, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente .** Disponível em www.iedi.org.br Acesso em 30 jul 2007.

LIMA, E., CARVALHO, M., ROSA, J. **Definindo Alvos para a Promoção de Exportações.** BNDES Setorial Rio de Janeiro, n. 9, 1999.

LIMA, E. T. et al. **Infra-estrutura, Diversificação das Exportações e Redução do "Custo-Brasil": limites e possibilidades.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jun. 1997.

NEVEN, D., SEABRIGHT, P. **European Industrial Policy: the airbus case.** In: Economic Policy. Norwich, 1995.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Lúcia. **O Brasil: território, e sociedade no início do século XXI.** 5 ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2003.

TYLER, W. G. **O Viés Antiexportação em Políticas Comerciais e o Desempenho das Exportações; Alguns Aspectos da Recente Experiência Brasileira.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 1982.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.